

RECUPERAR A DIGNIDADE PÔR FIM À AUSTERIDADE

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL 22/3/2015



A vitória do Syriza na Grécia vira uma página na história da União Europeia. A entrada em cena de um governo de esquerda anti-austeridade quebrou o consenso liberal. Esse sinal de esperança é apenas o início de um combate maior. É por isso um apelo às esquerdas europeias para um combate articulado ao projeto do capital para os países da periferia da UE.

Em Portugal, o ano de 2015 é essencial para a afirmação de uma alternativa à austeridade.

1. A UNIÃO EUROPEIA EM TURBULÊNCIA.

A União Europeia apresenta sinais de decomposição e incapacidade para enfrentar os atuais fatores de crise. De resto, as políticas da União estão na origem e são parte da explicação dessa crise.

Comprometida com a NATO, a UE tem décadas de colaboração com ditaduras criminosas no Médio Oriente e no Magrebe e com a desintegração social causada pelas reformas liberais e pela política de guerra. Um dos frutos mais aberrantes destas décadas de barbárie é a emergência da organização Estado Islâmico, que acrescenta novas dimensões de horror à realidade da região. Às populações vítimas deste ciclo de destruição, a UE responde com a fortificação das suas fronteiras e uma terrível crise de refugiados, com milhares de mortos nas águas do Mediterrâneo.

Como estrutura de poder sobre os Estados-membros, a UE promoveu uma constitucionalização liberal e privatizadora e uma unificação monetária que agravou assimetrias. A partir de 2008, estas assimetrias transformaram-se em crise das dívidas. Para manter o seu modelo desigual, a UE impôs o resgate da banca privada e uma violenta austeridade, reordenando os fluxos financeiros na Europa a favor do centro e devastando a periferia.

Na Grécia, as políticas europeias geraram uma verdadeira crise humanitária e abriram caminho a transformações políticas profundas e, anos mais tarde, à eleição de um primeiro governo anti-austeridade. Nas primeiras semanas do seu mandato, este governo enfrentou a mais assumida afirmação da hegemonia do Estado alemão, traduzida na pressão

conjugada de todos os governos europeus, socialistas ou conservadores. Esta completa absorção da social-democracia histórica pela política de austeridade europeia no ataque ao governo de esquerda grego é um dado muito relevante.

Um segundo dado importante releva do acordo realizado há um mês, no Eurogrupo: o jugo da dívida é intocável. Para conquistar margem de manobra e tempo para o enfrentamento com as instituições europeias, o governo do Syriza adiou a renegociação da dívida, prometendo retomar a questão em Junho.

2. UMA ALIANÇA ANTI-AUSTERIDADE, PELA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA E PELO CONTROLO DO SISTEMA BANCÁRIO.

A dívida e a austeridade são a grande linha vermelha que continua no centro do confronto político europeu. No futuro próximo, o governo grego enfrentará batalhas ainda mais duras e novas negociações que convocam uma preparação técnica, e sobretudo política e de massas, que é essencial para a parte grega. A resposta de um governo de esquerda à exigência de novas medidas anti-populares, é a defesa do seu povo e a recusa de ser o que Yannis Varoufakis chamou “uma colónia da dívida”.

A exigência de uma conferência internacional para a renegociação das dívidas dos países da periferia europeia continua na ordem do dia, tendo juntado vozes de eurodeputados do Bloco, do PCP e de alguns eleitos do Partido Socialista, além de outros eurodeputados de diversos países europeus. Neste quadro de luta, destaca-se a responsabilidade da

esquerda quanto a iniciativas de solidariedade europeia, em particular com a luta do povo grego, tal como aconteceu em diversas cidades portuguesas logo após as eleições na Grécia.

É também sobre este pano de fundo que se disputarão as próximas eleições nos outros países europeus mais atingidos pela austeridade, Portugal, Estado espanhol e Irlanda. Em Espanha e na Irlanda, os estudos de opinião indicam que o Podemos e o Sinn Fein poderão ser os partidos mais votados em Novembro próximo e Abril de 2016, respetivamente. Só por si, essa possibilidade é um fator crítico para o processo europeu e grego. Uma alternativa anti-austeritária em Portugal é urgente também a este título. O ciclo de confrontos políticos e eleitorais que se abriu na Grécia precisa hoje de movimentos fortes em todos os países. Os aliados da senhora Merkel devem ser vencidos. Irlanda, Espanha e Portugal precisam de governos que recusem a imposição de mais sacrifícios em nome da moeda única e a continuidade da subjugação ao Tratado Orçamental. Também o Tratado Transatlântico (TIPP/CETA) só será derrotado no quadro de uma aliança internacional com as forças anti-austeritárias europeias e norte-americanas.

O poder da finança e das suas rendas, por via da dívida pública ou da redução salarial e do exército de desempregados, está na raiz da crise democrática na União Europeia. A esquerda que enfrenta o capital tal como ele realmente é deve apresentar-se ao povo na recusa da austeridade e na defesa do controlo público do sistema financeiro e dos movimentos de capitais, recuperando o comando do sistema bancário.

3. CRISE SOCIAL NO PAÍS, CRISE DE CREDIBILIDADE NO GOVERNO.

Nos últimos quatro anos a coligação PSD/CDS aplicou o programa de austeridade mais brutal de que há memória. A transferência de riqueza do trabalho para o capital agravou-se; a emigração, especialmente jovem, aumentou; os níveis de pobreza subiram; a desigualdade entre homens e mulheres acentuou-se; o Estado social foi atacado até se criarem situações de ruptura. Desde o primeiro dia, o Bloco de Esquerda renunciou o inevitável resultado das políticas de austeridade. Numa relação de

forças adversa, entre uma maioria parlamentar, um Governo e um Presidente de direita, um PS incapaz de propor uma alternativa, o Bloco não desistiu da difícil tarefa de juntar forças.

À direita planeia-se esta última fase de Governo, tentando desculpar toda a austeridade com a imposição da troika e passar a ideia de que o país melhorou. Mas a realidade impõe-se. A dívida é maior que em 2011, a desigualdade acentuou-se, os salários diminuíram, o desemprego real aproxima-se dos 25% e mais de metade dessas pessoas não têm acesso ao subsídio. E as próprias instituições europeias, que nas semanas da negociação com a Grécia exibiram o governo português como uma mascote bem-comportada, depressa voltaram aos balanços negativos, colocando Portugal sob vigilância por desequilíbrios orçamentais excessivos e anunciando a “necessidade” de mais austeridade.

Nas últimas semanas, o país ficou a saber que o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, responsável pelas leis que têm penhorado salários e as primeiras residências de famílias por dívidas contributivas, fugiu recorrentemente a contribuições devidas à Segurança Social, entre 1999 e 2004. Já em funções neste Governo, só três anos depois de confrontado com este facto, e apenas quando o incumprimento se tornou público, procedeu ao seu pagamento.

Muitas são as razões - e há muito que o Bloco as apresenta - para a demissão do primeiro-ministro. A sua fuga às responsabilidades de cidadão, é mais uma razão para que Passos Coelho não possa continuar no cargo. Cada dia que passa sem a sua demissão é uma afronta às famílias a quem foram penhorados salários e residências por situações semelhantes. Os comentários de Cavaco Silva são motivo acrescido de vergonha pública, banalizando um comportamento que um Presidente da República só poderia condenar.

A situação política é também marcada pelo final do “estado de graça” de que António Costa beneficiou no início do seu mandato como secretário-geral do Partido Socialista. As dificuldades cresceram à medida que se dissipava o seu silêncio sobre questões fundamentais do país. Com Costa, o PS renega qualquer crítica ao seu passado recente - a austeridade dos PEC e do memorando -, e recusa qual-

quer confronto com as instituições europeias ou sequer menção à renegociação da dívida portuguesa (“para não levar depois com a porta na cara”), mostrando todo um conceito da negociação no plano europeu. Reduzindo o seu discurso ao vazio “nós ou eles”, o PS não tem alternativa à austeridade que destrói o país.

Pelo seu lado, o Bloco reafirma a vontade de construir um pólo à esquerda que confronte a austeridade e dialogue com as forças que, na periferia europeia, avançam na resistência e nas alternativas. O Bloco responde também à crise do regime, propondo uma leitura crítica da promiscuidade entre política e negócios e da banalização da corrupção, bem como das regras que transformaram o conjunto do sistema financeiro num dispositivo dessa promiscuidade e dessa corrupção. Não se limitando a essa crítica, o Bloco parte para propostas concretas em defesa da transparência, como as que apresentou em sede parlamentar, num pacote legislativo anti-corrupção ou na série de medidas legislativas decorrentes da experiência da comissão de inquérito parlamentar ao Banco Espírito Santo.

Nas eleições para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira, o Bloco de Esquerda disputa a reconquista de representação parlamentar regional, perdida há quatro anos. Neste período, o Bloco manteve-se no panorama político regional como uma esquerda de combate contra o mesmo jardimismo que, nesta eleições, se recicla na candidatura de Miguel Albuquerque. A Mesa Nacional saúda a organização regional da Madeira pela campanha combativa que está a realizar e apela aos madeirenses para que, nestas eleições, apliquem o pior castigo à maioria absoluta do PSD, terminando-a ao fim de 40 anos e elegendo deputados e deputadas do Bloco de Esquerda, que respondem pelos interesses populares perante qualquer governo regional e qualquer governo da República.

Nas últimas semanas, registaram-se graves casos de abuso policial. O Bloco fez a diferença perante esses casos, sendo a força que lhes deu expressão pública e parlamentar, dando visibilidade à discriminação e ao racismo institucional que transforma territórios inteiros em zonas de não-direito. O Bloco participou também nas mobilizações das comunidades e ativistas pelo respeito dos direitos humanos e contra o racismo.

4. O BLOCO NA PREPARAÇÃO DAS LEGISLATIVAS

O ciclo eleitoral das eleições legislativas deste ano atribui especial responsabilidade a quem anseia por uma alternativa à austeridade, que promova a solidariedade e a recuperação da dignidade. O desafio de construir uma força que se apresenta como alternativa capaz de influenciar o futuro do país é grande. O Bloco de Esquerda assume esse desafio com abertura.

Durante os próximos meses o Bloco empenhar-se-á no processo de construção do seu programa, dando ênfase às suas prioridades para acabar com a austeridade e os seus efeitos. Este processo tem de ser abrangente nas suas convergências e debatido amplamente. Além dos contributos do coletivo de aderentes, o Bloco abrirá o seu programa a comentários e propostas, online e presenciais. Desafiaremos ativistas e especialistas para o debate em cada área programática.

Apenas meio ano nos separa das eleições. Isso obriga todos os bloquistas, aderentes ou simpatizantes, a um esforço redobrado. Nesse diálogo, temos de nos empenhar no diálogo com quem deixou de usar o voto como arma. Não podemos desistir de quem foi excluído da política. Só assim poderemos dar uma resposta ao sentimento de urgência em derrotar a austeridade. Como parte de um campo político anti-austeritário dinâmico e determinante, o Bloco não abandona a disputa em nenhum círculo eleitoral. Para cada um, escolherá os candidatos mais preparados e mais experientes da luta social e da resistência à austeridade, respeitando a pluralidade interna. Na definição das listas eleitorais, a palavra inicial deve caber às assembleias distritais, em linha com o reforço do seu papel estatutário, decidido pela IX Convenção do Bloco de Esquerda.

A esperança que a Grécia trouxe aos povos da periferia europeia e a clarificação de campos que permitiu, mostra que o campo das possibilidades não está limitado a males menores, que é possível construir à esquerda uma alternativa que ganha a confiança dum povo, e que é possível existir uma base social exigente e empenhada. A alternância ao centro entre PS e PSD, que governa o país há quatro décadas, já tornou claro nenhum destes partidos protagonizará a luta pela dignidade, por uma política que rompa com a ditadura dos mercados e com a influência das grandes fortunas.

5. AGENDA DE MOBILIZAÇÕES

O Bloco de Esquerda prosseguirá nas próximas semanas a campanha de recolha de assinaturas e outras iniciativas pelo fim da austeridade e pela desvinculação de Portugal do Tratado Orçamental.

No âmbito das mobilizações internacionais, o Bloco de Esquerda prosseguirá a participação ativa em múltiplas iniciativas, designadamente contra o Banco Central Europeu e nas cimeiras e contra-cimeiras em torno da Conferência Climática.

O Bloco de Esquerda dinamizará iniciativas próprias em torno da solidariedade com a Grécia, contra a austeridade e pela renegociação das dívidas, bem como como contribuirá, a nível nacional e local, para um poderoso movimento que aglutine todos e todas os que se podem mobilizar nesta batalha central.

Em maio, nos dias 30 e 31, o Partido da Esquerda Europeia realiza em Paris o “Forum das Alternativas”, a sua maior realização anual, reunindo esquerdas de toda a Europa (membros e não-membros do PEE) para discutir a Europa que queremos e a estratégia comum para lutar por ela. Este encontro coincide com o 10º aniversário da vitória do Não no referendo francês ao Tratado Constitucional europeu. O Bloco empenha-se militantemente no sucesso desta iniciativa.

O Bloco apoia e apela à participação nas iniciativas em torno da evocação dos 40 anos do período revolucionário de 1974-75, que constitui um património fundamental da nossa história recente. O Bloco realiza no Porto a segunda edição do festival de cinema Desobedoc, cujo programa incide sobre esse período, entre outros temas.

Na luta contra a austeridade, pela reposição dos salários, dos direitos sociais e laborais roubados pelo Governo e no combate ao desemprego, o Bloco lançará uma campanha pela redução do horário de trabalho para as 35 horas/semanais sem redução de salário. A melhor distribuição do trabalho e do seu produto permite a valorização do trabalho, ataca a pobreza, reduz a taxa de desemprego, devolve a dignidade a milhares de homens e mulheres e faz crescer a economia. Sobre este tema, o Bloco apresentará um novo projecto-lei e realizará sessões pú-

blicas no Porto e em Lisboa, no caminho para o 1.º Maio.

Tal como aprovado na Conferência Nacional de fevereiro de 2014, o Bloco de Esquerda realizará um Encontro Nacional Feminista que decorrerá no Porto, nos dias 16 e 17 de maio, sob o lema “Feminismos Contra a Austeridade”. Será um fim-de-semana de debates em diferentes sessões, incluindo um momento cultural, e uma sessão internacional com a presença de convidadas da Grécia (Syriza) e do Estado Espanhol (Podemos). Durante o encontro será assegurado um serviço militante de creche, para que as pessoas com filhos possam participar ativamente no Encontro.